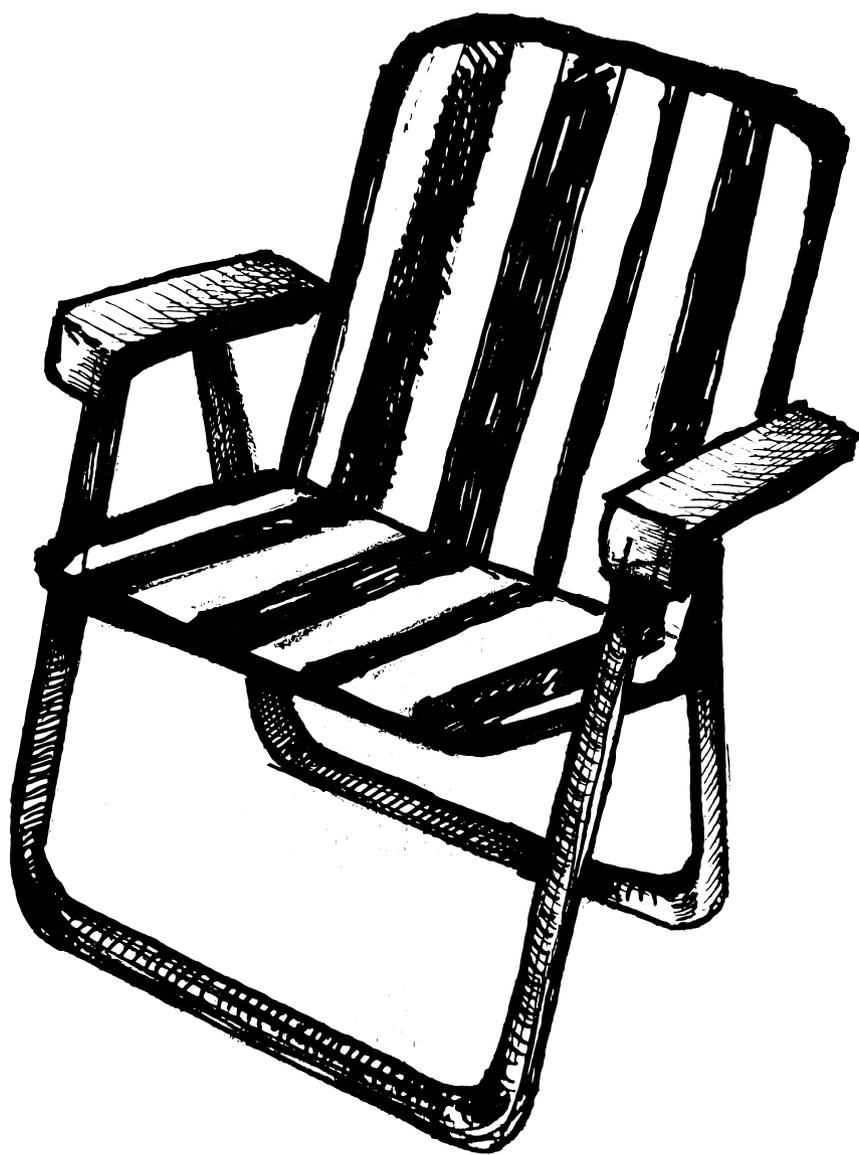
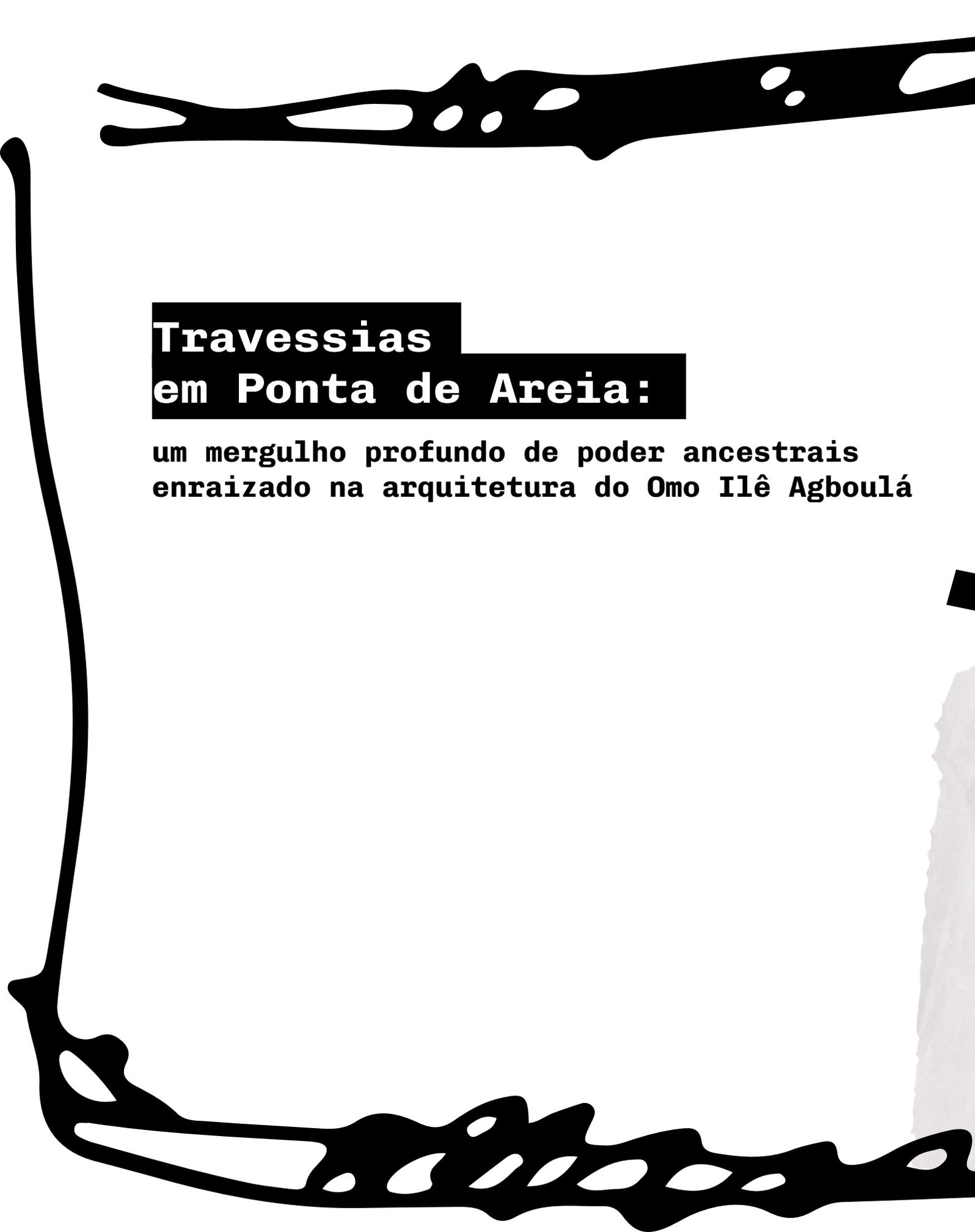


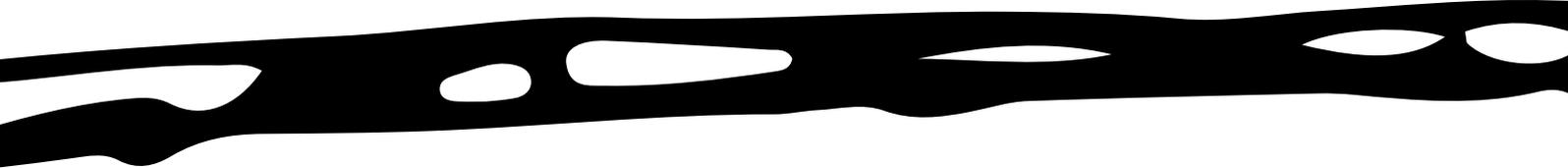
RESENHA





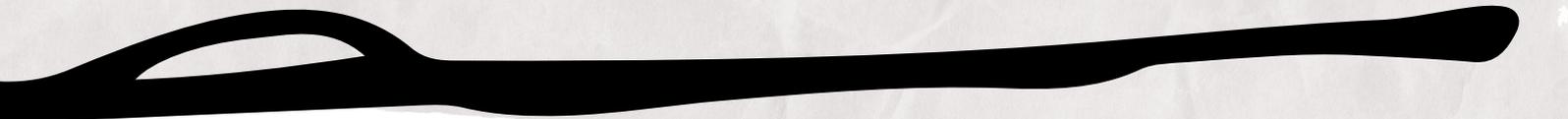
Travessias em Ponta de Areia:

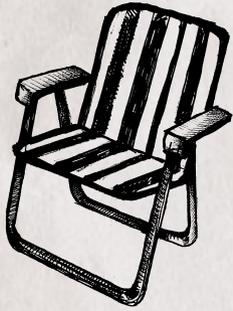
**um mergulho profundo de poder ancestrais
enraizado na arquitetura do Omo Ilê Agboulá**



Thifanny Odara Lima da Silva

PPGEDUC / UNEB





No presente texto pretende-se uma resenha crítica do livro *Arquiteturas da ancestralidade afro-brasileira: O Omo Ilê Agboulá: um templo do culto aos Egum no Brasil*, editado em 2019 pela Edufba, de autoria de Fábio Macêdo Velame, arquiteto e urbanista, mestre e doutor em arquitetura e urbanismo e professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Trata-se de uma obra que é fruto de extensa e honorável pesquisa de mestrado, que apresenta outros horizontes epistemológicos no que tange à compreensão das complexidades e singularidades que estruturam os espaços sagrados afro-brasileiros, oferecendo ao público leitor um mergulho no legado ancestral compartilhado pelos que preservam os cultos e rituais litúrgicos de origem africana.

Um eterno peregrino, que extrai da ancestralidade a sua essência, o seu caminho norteador no *aiê*, o retrato das dinâmicas de gênero nas sociedades secretas diante de diversos pontos peculiares, revela uma história que carrega consigo o caráter plurifuncional que algumas vezes é político, noutras subjetivo, retratando diante de si um mundo diverso e repleto de significados próprios. A comunidade de Ponta de Areia é o início da imensidão vista no mar que não apaga, mas que preserva os caminhos ancestrais.

Os registros apresentados na escrita de Velame, em linhas gerais, desvelam a tessitura que vai além da composição arquitetônica, enaltece o cuidado e a peculiaridade vistos no terreiro *Omo Ilê Agboulá*. Este terreiro se constitui como um espaço de cuidado e preservação de rituais sagrados, cheio de símbolos imateriais e significados complexos, que são revividos através de cultos em que os mortos conduzem os vivos.

O livro conta com quase trezentas páginas de informações profundamente valiosas e instigantes. O autor

divide o seu texto em quatro capítulos, que não são apenas capítulos, mas caminhos que percorrem grandes poderes da sabedoria no que tange à expansão da existência milenar de origem *nagô*, principalmente o culto da sociedade secreta *Egungun*, que dá origem ao culto a *Egum* no Brasil.

A bússola aqui é o seu ponto de partida, sob direcionamentos dados do orum para o mergulho profundo e imensurável nas narrativas de um universo amplo, cheio de complexidades, que contribui para o resgate histórico e religioso do culto de *Egum*, sendo um mecanismo potencial para desfrutar todo o legado e acervo imaterial instaurado pelas edificações ancestrais desse espaço sagrado.

A pesquisa de Velame traz, a partir da arquitetura do Terreiro Omo Ilê Agboulá, localizado no povoado de Ponta de Areia, na Ilha de Itaparica, a compressão da cultura e da dinâmica religiosa da população negra, especialmente do culto a *Egum*. Velame destaca que o culto tem como princípio o entendimento africano de *Egum*:

[...] os *Egum* eram os ancestrais masculinos que representavam descendências nobres, reis, dinastias reais e famílias nobres, pais fundadores das cidades e linhagens, guerreiros, sacerdotes e outras lideranças que tinham conseguido, durante a vida, certo prestígio e poder (VELAME, 2019, p. 15).

Assim, Velame abre um leque histórico tanto para as análises das arquiteturas das cidades brasileiras quanto para se pensar as relações étnico-raciais que atravessam o Brasil. Surge de forma incipiente o racismo sistêmico e estrutural, que incansavelmente deslegitima a importância das contribuições dos povos originários africanos na construção arquitetônica do país. Ainda que cada pedaço de chão e cada suor preto derramado demarquem a importância do povo negro para a construção histórico-cultural brasileira, esta problemática ainda é pouco discutida do ponto de vista urbanístico, arquitetônico e histórico. Ao construir seu texto, Velame se coloca na contracorrente dessas áreas de conhecimento.

Para essa construção narrativa, o autor se propõe a pensar a arquitetura levando em conta o tempo e o espaço histórico e político, desde o processo de escravização no Brasil até os dias atuais, através de um breve histórico sobre as perseguições policiais, jurisprudência via código penal e tudo o que sistemicamente acomete os negros.

Para o autor, a arquitetura é compreendida como espaço de edificações onde ocorre o acolhimento, além da morada física. Segundo ele,

[...] numa estância e circunstância, em sua simplicidade, ao jogo em espelho do mundo, entre terra, céu, mortais e divinos, mediante a articulação e organização de seus espaços, sendo estes regidos por uma cultura formada e constituída, por um sistema simbólico singular, que veiculam concepções e significados próprios (VELAME, 2019, p. 17).

Esses espaços são, literalmente, reelaborados e repensados para preservar a cultura e cultuar os ancestrais, correspondidos por meio da arquitetura e instaurados por "uma arquitetura afro-brasileira de uma sociedade específica de culto aos seus ancestrais ilustres, uma arquitetura única, singular, particular, sem qualquer paralelo e similar na África" (VELAME, 2019, p. 18).

Com isso, a ideia central do livro é compreender como a cultura dos povos originários africanos e afro-brasileiros realizou toda a composição urbanística, arquitetônica e cultural do templo mais antigo de culto aos egum no Brasil: O Omo Ilê Agboulá. Trata-se de uma retrospectiva importantíssima para a análise histórica da sociedade secreta Egungun, como é conhecida no território africano.

Além dos fatores relacionados ao próprio *axé*, a localização do terreiro está intimamente ligada ao processo urbanístico da Ilha de Itaparica, através de seu marco de resistência. Desde a sua primeira instalação podemos, literalmente, ser religados à história do Omo Ilê Agboulá através de sua instalação inicial no povoado de Ponta de Areia, na área de orla, em uma vila pesqueira onde a maioria dos pescadores e moradores, até então, eram vinculados ao terreiro de culto de *Egum*. Com a truculência racista do Estado nos anos 1940, o terreiro é invadido pela polícia porque as práticas religiosas de matriz afro-brasileira eram vistas como práticas de charlatanismo e oficialmente proibidas. Com isso, o terreiro migra para a localidade conhecida como Barro Vermelho, uma área à época afastada do meio urbano, o que levou o terreiro a permanecer aí até o final da década de 1960.

Com o início do processo de urbanização ocorre, concomitantemente, o processo de especulação imobiliária e, conseqüentemente, a invasão de uma parte da área ambiental do terreiro. Esta "eventualidade" foi fruto do racismo religioso que, por sua vez, faz com que, nos dias de hoje, alguns indivíduos se sintam autorizados a invadir, perseguir e desapropriar territórios sagrados. Tal adversidade força, mais uma vez, o terreiro a migrar para uma localidade mais afastada, desta vez para Bela Vista, já no final da década de 1960, onde permanece até os dias de hoje. É importante pontuar que a aquisição desse espaço foi feita pela Yalorixá do Ilê Axé Opô Afonjá e la Egbé

(Mãe da comunidade) do Omo Ilê Agboulá, Mãe Senhora. Sendo o terreiro mais antigo de culto aos *Egum* em todo o Brasil, Velame afirma que:

Ele recebeu não apenas os rituais, as músicas, os fundamentos, ou seja, a tradição do culto aos Egum, mas também toda uma linhagem de ancestrais, sejam eles africanos ou afro-brasileiros que pertenciam aos terreiros de Egum do século XIX. Atualmente, é referência para todos os demais membros dos terreiros de Egum no país [...] (VELAME, 2019, p. 22).

Velame pontua que, através dos laços que atravessam a história pela relação de gênero que está estruturada, os *Ojés* são os sacerdotes responsáveis pelo equilíbrio da comunidade por grau hierárquico. O que se estabelece dentro desses espaços são as dinâmicas de gênero, ratificadas pelas sociedades secretas iorubás masculinas e femininas e, dentre elas, as sociedades secretas masculinas de *Egungun*. É isso que traz para o culto a *Egum* no Brasil o homem na posição de centralidade. Dentre as posições hierárquicas mais importantes destacam-se o *Alapini*, que é o sacerdote supremo, e o *Alabá*, o chefe do terreiro. No Omo Ilê Agboulá, o *Ojé Alabá* é o senhor Balbino Daniel de Paula. Na sociedade de *Egum* o antepassado sempre estará atrelado à figura masculina, o que não invalida nesse espaço a presença feminina. Diferente do candomblé, que é também uma religião de matriz africana, porém matriarcal, em que as mulheres estão na posição sacerdotal, no culto a *Egum* elas ocupam posições complementares e/ou de apoio.

O autor nos apresenta o espaço e as relações forjadas nele com riqueza de detalhes. Aquilo que nos permite compreender as peculiaridades e subjetividades, vistas a partir de panoramas importantes sobre a compreensão desse espaço, são as dinâmicas litúrgicas, compreendidas como locais sagrados. Já os locais não-sagrados, chamados de profanos, coabitam o espaço, sabendo que todo o seu direcionamento é regido pelo sagrado:

Todavia, os espaços sagrado e profano, no Omo Ilê Agboulá, não ocorrem de maneira oposta, polarizada, e dicotômica, mas sim concomitante. O sagrado rege e acontece no profano no dia a dia, no cotidiano das pessoas - em suas condutas, comportamentos, valores éticos, e escolhas -, estando presente na sacralidade de que podem ser carregadas suas funções vitais da alimentação, sexualidade, trabalho e do ciclo da vida (VELAME, 2019, p. 169).



Nessas palavras, é notório compreender como o autor nos apresenta as divisões arquitetônicas no Omo Ilê Agboulá, constituintes de mecanismos imprescindíveis, pois possibilitam a conexão com ancestrais ilustres. Reporta-nos ao passado observando o presente, partindo do direcionamento dos *Egum*, sem perder de vista o culto à mãe Terra e sua conexão com os orixás. As circunstâncias do passado moldam o tempo presente, visto que "Os tempos sagrados e profanos constituem as temporalidades que balizam a existência do homem religioso" (VELAME, 2019, p. 181).

O livro mostra que os tempos sagrado e profano estão intrinsecamente lado a lado, fazendo da religião um sistema cultural que, através do tempo, vem modelando pessoas e espaços. Isto impacta diretamente na relação delas com os tempos: "Todavia, o tempo sagrado e profano, na sociedade de culto aos ancestrais, no Omo Ilê Agboulá, não são duas categorias dicotômicas, polarizadas, antagônicas; elas coexistem, uma está presente na outra" (VELAME, 2019, p. 181). O que torna a descrição desse espaço sagrado, a partir de uma cosmovisão que direciona ao poder, vida e fecundidade, é uma vida habitada por vir a ser. Trata-se de algo demarcado além de "aquele habitado pelos deuses, heróis e ancestrais no início do tempo -, regido pela eficiência e não numa ilusão, num mundo disforme e amorfo" (VELAME, 2019, p. 69).

Reitero, por meio dessas breves palavras, a importância do livro *Arquiteturas da ancestralidade afro-brasileira: O Omo Ilê Agboulá: um templo do culto aos Egum no Brasil*, do Professor Doutor Fábio Macêdo Velame. O corpo teórico retrata as contribuições dos afro-brasileiros para o urbanismo e a arquitetura no Brasil. O livro enaltece o processo de preservação da tradição dos povos originários iorubás em solo baiano. O que é discorrido ergue-se não só na arquitetura do templo sagrado, mas é enaltificado nas estratégias de sobrevivência e resistência de todo o legado existente no terreiro Omo Ilê Agboulá, através de sua unicidade como casa matriz de culto a *Egum* no Brasil.

A pesquisa de Velame se tornou não só um material acadêmico que busca averiguar informações sem nenhum tipo de retorno à comunidade pesquisada, ao contrário, ultrapassou as paredes da academia e, assim como o autor, foi um agente imprescindível para o processo de tombamento do terreiro Omo Ilê Agboulá como patrimônio cultural do Brasil, no ano de 2015, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Isto representa um avanço tanto do ponto de vista histórico quanto para o fortalecimento étnico dos povos iorubás e da cultura afro-brasileira.

O livro é muito mais do que um retrato vivo que realinha a cronicidade de um dos legados dos povos *nagô* para os afro-brasileiros. É um mergulho imensurável na

transmissão milenar que é enaltecida e preservada pela sabedoria ancestral que se mantém comandada pelos *Eguns*. Eles nos conectam com a terra ancestral dentro da terra atual, sendo o livro um bálsamo ancestral para entabular os estudos afrodiaspóricos e africanos no Brasil.

Glossário:

Aiê – O mundo terrestre.

Alabá – Nome do sacerdote chefe de um terreiro de culto aos Egum.

Alabá Babá Mariô – Título honorífico do sacerdote chefe do terreiro de Egum.

Alapini – Título do sumo sacerdote do culto aos ancestrais, o sacerdote supremo de todos os terreiros de Egum.

Axé – Energia, poder, força da natureza.

Nagô – Refere-se ao povo do antigo imp.rio africano cuja capital política era Oiô.

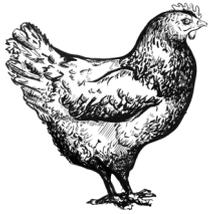
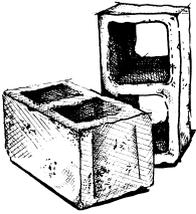
Egum – Espírito ancestral.

Egungun – O mesmo que Egum.

Ojé – Sacerdote do culto de Egum.

Referência

VELAME, F. M. **Arquiteturas da ancestralidade afro-brasileira: O Omo Ilê Agboulá: um templo do culto aos Egum no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2019.



L A J E

Laje é uma publicação semestral do iDALE! – Decolonizar a América Latina e seus Espaços, grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Dedicada-se ao giro decolonial latino-americano, às epistemologias do sul e à descolonização do conhecimento, priorizando uma produção transdisciplinar em interseção com diferentes dimensões do urbanismo, da paisagem e da arquitetura.



Notas